

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Procedimento licitatório: LE 82/2024

SAP nº 1000000082 - ID 105 21 32

ASSUNTO: contratação de empresa especializada para gerenciamento do Centro de Prontidão e Resposta a Emergência (CPRE) nos portos organizados de Paranaguá e Antonina, em cumprimento ao Programa de Gerenciamento de Riscos, Plano de Ação/Controle de emergência (PAE/PCE) e ao Planos de Emergência Individual (PEI) Unificado, da Portos do Paraná, além dos requisitos legais aplicáveis conforme escopo, especificação de serviços e demais condições presentes no Termo de Referência, Edital e demais documentos técnicos em anexo”, em atendimento as condicionante da Licença de Operação nº 1173/2013 (1ª Renovação – 1ª Retificação) e da Licença de Operação nº 1364/2017, referente à operação do porto organizado de Antonina, emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, com critério de julgamento por “menor preço”, no modo de disputa “aberto”, sendo que o objeto da licitação será contratado em regime de execução por “empreitada por preço unitário.

Recorrente: OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A. (“OCEANPACT”), com sede na Rua da Glória, nº 122, 10º e 11º andares, Glória, Rio de Janeiro/RJ, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 09.114.805/0001-30

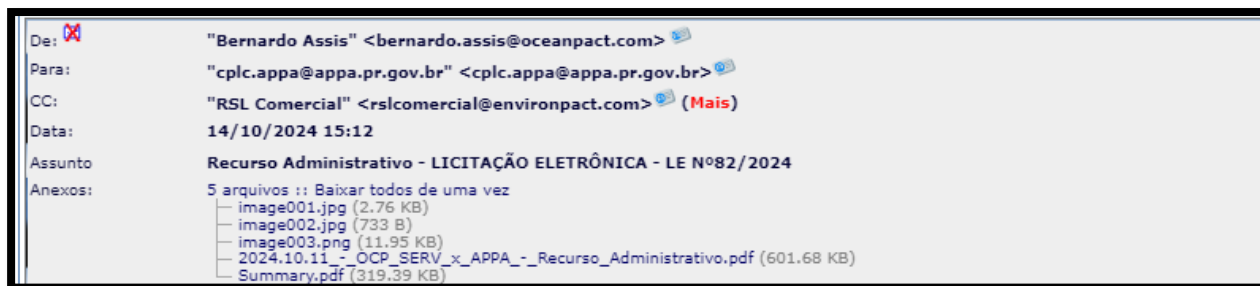
Recorrida: ALBRIGGS DEFESA AMBIENTAL S.A. (“ALBRIGGS”) - CNPJ nº 04.050.400/0001-62

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

1. PRELIMINARMENTE

Em cumprimento ao disposto no artigo 21 e seus subitens do Edital de Licitação Eletrônica nº 82/2024, este pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 48/2024 - APPA, recebeu e analisou em conjunto com o setor demandante as razões do recurso da recorrente, assim como as contrarrazões recursais da recorrida, de forma a proferir sua decisão sobre o recurso administrativo.

Inicialmente, cumpre destacar que os argumentos da Recorrente foram apresentados no dia 14/10/2024, tempestivamente, portanto, dentro do lapso temporal previsto pelo Edital para execução do ato, (5 dias após a declaração de vencedor na plataforma) conforme extrato de e-mail recebido:



Tempestiva também a manifestação da recorrida:



Examinando os pontos discorridos na peça recursal da Recorrente em confronto com as contrarrazões, com o posicionamento da equipe técnica e a legislação, expõe-se abaixo as medidas adotadas e as ponderações que fundamentaram a decisão final.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

2. RAZÕES RECURSAIS

Insurge-se a Recorrente, em apertada síntese, contra a declaração de vencedora da recorrida, com os seguintes argumentos:

- a) Argumenta ilegalidade eis que a recorrida deixou de comprovar sua capacidade técnica, não existindo experiência em participação em evento de resposta em nível 2, com emprego de mão de obra e equipamentos, alegando que o Sr. Dante Pozzi Neto não estaria mais vinculado aos quadros da recorrida;
- b) Sugere que o atestado apresentado pela Recorrida, quanto aos serviços prestados à DeepWater Horizon, não comprovam os equipamentos utilizados, mas somente a mão de obra empregada, inclusive com manifestação no sentido de que os funcionários vinculados à empresa quando do atendimento do evento, deveriam permanecer nos quadros técnicos da recorrida.
- c) Ao requerer o efeito suspensivo, pugna, em caso de não provimento das razões recursais, a efetivação de diligência comprobatória sobre o documento apresentado.

3. NO MÉRITO

Quando da realização dos procedimentos licitatórios, a Comissão Permanente de Licitações e Cadastro e a Administração da APPA não tem medido esforços para dar a maior transparência e aplicação dos princípios que regem a Licitação, em especial o contido no art. 31 da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os procedimentos desta Empresa Pública:

As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a **seleção da proposta mais vantajosa**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobre preço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, **da economicidade**, do desenvolvimento nacional sustentável, **da vinculação ao instrumento convocatório**, da obtenção de **competitividade** e do **julgamento objetivo**. (grifo nosso)

Em que pese as alegações postas pela recorrente, importa destacar que o instrumento convocatório é claro quando determina especificamente todas as regras da disputa. E mais: todos os licitantes declaram expressamente seu “aceite do edital”, comprovando ter conhecimento de todas os procedimentos incidentes sobre a disputa, assim como das especificações do objeto licitado.

3.1. Da inobservância do contido no item 16.4.1.2 – capacidade técnica operacional

O tema em discussão está afeta ao contido no item 16.4.1.2 do edital, *in verbis*:

16.4.1.2. A empresa deverá apresentar um atestado, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove ter participado ao menos de 1 (um) evento de resposta de atendimento a emergência de vazamento de óleo em mar de **nível 2**, incluindo envio e operacionalização de mão-de-obra e equipamentos;

Da leitura preliminar do exigido, destacamos que se trata de comprovação da capacidade/habilitação técnica operacional, qual seja, da empresa licitante e não dos profissionais (capacidade técnica profissional).

Quando da juntada dos documentos pela recorrida em fase pós declaração de arrematante na plataforma do *licitações-e*, a empresa enviou vários comprovantes de sua capacidade técnica operacional para o item em comento, dos quais destacamos o atestado relativo aos serviços efetuados para o atendimento a emergência da *DeepWater Horizon*. Vejamos:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

  **CÓPIA COLORIDA** 

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Sergio Moreira da Silva
TRADUTOR PÚBLICO E INTÉRPRETE COMERCIAL
MATRICULADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO SOB Nº 1705
L.A.P.A.S. Nº 1204812748 C.C.M. Nº 13203948 RG 4.990.764-588 CPF Nº 000.011.388-40
Idioma: Inglês
E-mail: sls@slstraducos.com.br

AV. PAULISTA, 2073 - 10º ANDAR - CONJ. 1818 - SÃO PAULO - BRASIL - CEP: 01311-900 - TEL.: 3288.3246 - FAX: 3284.3878

Tradução Nº 16.461 L. 140 Fl. 11 Data: 29/04/13
Eu, abaixo assinado, Sergio Moreira da Silva, Tradutor Público Juramentado e Intérprete Comercial, certifico que a tradução fiel de um documento em idioma inglês para o vernáculo, que me foi apresentado, é do seguinte teor:

10 de abril de 2013.

Da: Equipe Administrativa de Incidentes da Deepwater Horizon.
A/c. Jay Carstenbroek, Chefe da Seção de Planejamento,
1250 Poydras St., 15th Floor.
New Orleans, LA 70113.

Para: Alpina Briggs
Avenida: Papa João XXIII, 4871B - Galpão 5,
Mauá, São Paulo, Cep 09370-800.
Brasil.

Prezado Alpina Briggs,

Os nossos registros indicam que os membros da sua equipe (vide lista em anexo) se dedicaram a atividades em suporte à Resposta da Deepwater Horizon. Agradeço-lhe pela sua assistência nos esforços de resposta DWH.

Como parte do processo de garantia de desmobilização, e a fim de garantir a conformidade com as obrigações de preservação, estamos buscando garantia de que todos os documentos, arquivos (incluindo arquivos eletrônicos) e equipamentos ("materiais de resposta") de qualquer forma relacionados ao seu trabalho durante a resposta foram fornecidos à Equipe Administrativa de Incidentes da Deepwater Horizon em conformidade com essas obrigações.

Se quaisquer materiais relacionados à resposta permanecerem em sua posse, os quais não tiverem sido fornecidos / copiados para a "IMT" na desmobilização, ou caso V.Sa. tenha quaisquer dúvidas a respeito deste aviso, queira contatar o nosso Coordenador da Equipe de Desmobilização no número 504-994-5399 ou nos envie um e-mail no endereço MaterialCollection@bp.com. Facilitaremos a recuperação de quaisquer itens cuja devolução à Equipe Administrativa de Incidentes da Deepwater Horizon possa ser necessária.

Atenciosamente,

Assinado: [assinatura ilegível].
Nome: Jay Carstenbroek.
Cargo: Chefe da Seção de Planejamento "IMT".

Digitalizado com CamScanner

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Sergio Moreira da Silva
TRADUTOR PÚBLICO E INTÉRPRETE COMERCIAL
MATRICULADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO SOB Nº 1705
I.A.P.A.S. Nº 13068127468 C.C.M. Nº 3.333.204-9 RG. 6.996.708-55P. C.P.F. Nº 910.171.268-40
Idioma: Inglês
E-mail: sta@juradacom.com.br

CÓPIA COLORIDA

AV. PAULISTA, 2073 - 6º ANDAR - CONJ. 1818 - SÃO PAULO - BRASIL - CEP: 05511-200 - TEL.: 3389-3204 - FAX: 3284-2075

Tradução Nº 16.461 L. 140 FL. 12 Data: 29/04/13
Ex. abaixo assinado, Sergio Moreira da Silva, Tradutor Público Jureamentado e Intérprete Comercial, certifico que a tradução fiel de um documento em idioma Inglês para o vernáculo, que me foi apresentado, é do seguinte teor:

[Consta um selo com o teor: **DEEPWATER HORIZON – ONE GULF RESPONSE. United Incident Command. Nova Orleans, L.A.**]

Segue abaixo uma lista de réus identificados como tendo trabalhado na Resposta da Deepwater Horizon em favor da Alpina Briggs. Se uma versão eletrônica desta lista for necessária, favor solicitá-la no site MaterialCollection@BP.com

Nº de Distintivo	Último Nome	Primeira Nome	Último Local de Checagem	Última Data de Checagem	Empregador	Seção	Cargo
66864	Pazzi	Dante	ICP – Houston	11/05/2010 – 16h59min	Alpina Briggs	Operações	Não identificado
66954	Castle	William	ICP – Houston “doe copy gail”	11/05/2010 – 16h58min	Alpina Briggs	Operações	Não identificado

Nada mais. Data ut supra.
Dou fé.
42 T/B
T.
Rec.
Emol. R\$ 77,28

21 MAI 2015

SERGIO MOREIRA DA SILVA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

Merecem destaque nos documentos acima, o parágrafo que trata acerca dos equipamentos utilizados durante a prestação dos serviços (circulada em vermelho), assim como o comprovante de que funcionário/colaborador/sócio vinculados a recorrida, participaram do evento.

Importa destacar que restou comprovado que a licitante, quando da prestação do serviço, utilizou equipamentos, conforme declaração contida no texto, não sendo necessária a descrição de quais foram estes equipamentos. Foi nestes termos que se manifestou a setor técnico requisitante:

“Já frente ao argumento da não comprovação da “operacionalização de equipamentos”, as contrarrazões apresentadas pela Albriggs ratificam claramente que **o atestado contém informações suficientes para comprovar que a empresa participou do atendimento à referida emergência, com a operacionalização de mão-de-obra e de equipamentos para o atendimento a emergência da DeepWater Horizon**” (documento assinado por José Antonio Sbravatti Junior, Felipe Zacharias e Rafael Salles Cabreira, todos integrantes da Diretoria de Meio ambiente).(grifo nosso)

Dessa forma, mostrou-se plenamente razoável e atendida a exigência, mesmo porque a própria lei das Estatais, à qual esta empresa pública está subordinada, não determina que a capacidade técnica operacional seja provada com relação de equipamentos empregados, o que, poderia caracterizar afronta ao princípio da legalidade e restrição à competitividade.

Quanto à inabilitação de licitante cujos documentos contenham de maneira implícita a comprovação de capacidade operacional, já decidiu o Tribunal de Contas da União neste sentido:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, **quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante** e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário)

Ainda no tocante ao item 16.4.1.2 do edital, em especial no que se refere à operacionalização de mão de obra, a recorrente fala:

No entanto, não obstante a expressa exigência de qualificação técnica da licitante, frisa-se que a ALBRIGGS, durante a fase de habilitação, não logrou êxito em comprovar que os profissionais citados no referido atestado permanecem em seu quadro técnico e/ou possuem qualquer tipo de vínculo com a empresa até a presente data.

Inclusive, é possível verificar na documentação apresentada pela ALBRIGGS e recorte abaixo que o Sr. Dante Pozzi Neto, ora listado como um dos participantes do incidente *Deepwater Horizon*, **renunciou sua posição de diretor operacional no ano de 2020**, não sendo possível aferir sua participação nos quadros da empresa após o referido ano:

Importa destacar que a recorrida logrou êxito em comprovar a operacionalização de mão de obra no documento apresentado:

Segue abaixo uma lista de réus identificados como tendo trabalhado na Resposta da Deepwater Horizon em favor da Alpina Briggs. Se uma versão eletrônica desta lista for necessária, favor solicitá-la no site MaterialCollection@BP.com

Nº de Distintivo	Último Nome	Primeiro Nome	Último Local de Check In	Última Data de Check In Conhecida	Empregador	Seção	Cargo
66864	Pozzi Neto	Dante	ICP – Houma	11/05/2010 – 16h59min	Alpina Briggs	Operações	Não identificado
66954	Castle	William	ICP – Houma “doc copy gal”	11/05/2010 – 16h58min	Alpina Briggs	Operações	Não identificado

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

Vejamos o que constou no documento: “.... lista... como tendo trabalhado na resposta da Deepwater Horizon em favor da Alpina Briggs”. Não resta a menor dúvida que os elencados prestaram serviços para a recorrida no evento em questão.

Quanto ao tema, também se manifestou o setor requisitante da APPA:

Nesse contexto, quanto a questão do quadro técnico, cabe destacar que o atestado técnico solicitado no certame se refere a comprovação de experiência da pessoa jurídica, sendo que não há qualquer exigência no edital de comprovar que a mão-de-obra referenciada em atestado técnico apresentado deva pertencer ao quadro atual da empresa. Ressalta-se ainda, que não foi requerido atestado de habilitação com vinculação a acervo técnico de profissional da empresa no edital de licitação.

Suposta exigência de comprovação de que os integrantes de equipe técnica ainda devam pertencer ao quadro atual da empresa, mostra-se absolutamente desarrazoada e ilegal, infringindo diretamente aos ditames licitatórios.

A alegação que o desligamento do Sr. Dante Pozzi Neto que participou da prestação dos serviços de resposta ao evento citado, poderia ser causa de inabilitação por falta de comprovação de capacidade técnica operacional, não merece guarida, ainda mais que não se pode exigir que integrantes de equipe técnica num evento cujos documentos sirvam para atestados, permaneçam *ad eternum* nos quadros da empresa. Se a jurisprudência dos tribunais sequer exige tal vinculação em etapa anterior aos certames, muito menos se pode exigir que o colaborador tenha obrigação de continuar na empresa para comprovar a capacidade operacional da licitante.

E mais, não há no Edital, nem em qualquer documento que lhe integre, exigência de que os participantes do atendimento de nível 2, continuem a integrar o

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
EQUIPE DE PREGÃO

quadro de profissionais da licitante, haja vista que ser absolutamente ilegal, ferindo os princípios da isonomia e competitividade.

Quanto ao requerimento de eventual diligência, também não merece acatamento, tendo em vista todo o apontado, pois esta Administração, sabedora e cumpridora de suas obrigações, sempre que necessário se utiliza desta ferramenta (diligência), pois é seu poder-dever de fazê-la a qualquer tempo, frisando que no certame em tela o fez em 2 oportunidades.

4. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto:

- a. Resta **CONHECIDO o recurso** da recorrente **OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A. (“OCEANPACT”)** e no mérito **NEGADO PROVIMENTO**, para **MANTER** como vencedora do certame a recorrida **ALBRIGGS DEFESA AMBIENTAL S.A.**, com o valor de **R\$ 23.500.000,00 (vinte e três milhões e quinhentos mil reais)**
- b. Seja enviado à AUTORIDADE SUPERIOR para, após a manifestação da DJU, ratificar ou não a decisão deste pregoeiro, assim como promover a competente adjudicação do objeto e homologação do presente certame.

Paranaguá, 18 de outubro de 2024.

ANGELO GERALDO BOCHENEK

Pregoeiro e Coordenador de licitações